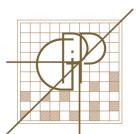


**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 3.ª REVISÃO DO  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA**

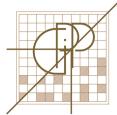
**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**Resumo Não Técnico**

**Dezembro de 2025**





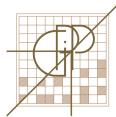


## **Avaliação Ambiental Estratégica da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga**

### **RESUMO NÃO TÉCNICO**

#### **Equipa Técnica:**

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>
Leonor Torres Pereira	Engenheira do Ambiente
Andreia Santos	Arquiteta Paisagista
Sónia Andrade	Geógrafa, mestre em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 3.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

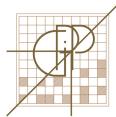
### **DE BRAGA**

## **ÍNDICE**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) .....</b>	<b>2</b>
<b>III. OBJECTO DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
III.1. ESTRATÉGIA .....	5
<b>IV. AVALIAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>7</b>
IV.1. EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	7
IV.2. GOVERNANÇA .....	8
IV.3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	9
IV.4. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO .....	10
IV.5. PATRIMÓNIO E PAISAGEM .....	11
IV.6. RISCOS, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL .....	12
<b>V. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>14</b>
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura III.1 – Enquadramento administrativo da área do Plano .....	4
--	---



## I. INTRODUÇÃO

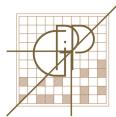
Este documento pretende constituir-se como o **Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da 3.º Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga**. O Resumo Não Técnico é um documento que explicita um procedimento técnico de forma clara, sucinta e utilizando uma linguagem acessível a qualquer cidadão.

O **objeto de avaliação** é a proposta da 3.ª Revisão do PDM de Braga e a **Câmara Municipal de Braga** é a entidade responsável pelo desenvolvimento da proposta do Plano, pela Avaliação Ambiental e ainda pela promoção das consultas às entidades e público em geral. É ainda responsável pela monitorização dos efeitos resultantes da concretização do Plano.

A avaliação ambiental estratégica é um procedimento legal e obrigatório na revisão dos Planos Diretores Municipais, que decorre de uma Diretiva Europeia, cujo principal objetivo é incluir as **preocupações ambientais e de sustentabilidade no processo de elaboração do Plano** de modo a garantir que são eliminados ou, pelo menos, minimizados, os efeitos ambientais negativos significativos resultantes da implementação do mesmo.

O **Relatório Ambiental** é o documento onde está refletida a análise e avaliação das propostas do Plano. Essa avaliação é efetuada com base num quadro de fatores, definidos na primeira fase do procedimento, designados como Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Para cada FCD foram estabelecidos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade a atingir e um conjunto de indicadores para aferir a evolução do território face aos objetivos definidos. O presente relatório corresponde à versão final, tendo sido este sujeito à apreciação das entidades e do público em geral.

No final do processo foi elaborada pela Câmara Municipal a Declaração Ambiental. Na **Declaração Ambiental** será identificada a forma como as preocupações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano final. Serão também referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração da versão final do PDM, bem como as razões que fundaram a aprovação do Plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do mesmo.



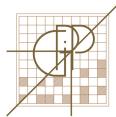
## II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

Conforme já referido, com a avaliação ambiental pretende-se identificar potenciais efeitos negativos no ambiente e sustentabilidade resultantes da aplicação da proposta de plano, sendo definidas medidas com vista à eliminação ou minimização desses efeitos. O objetivo final é sempre o desenvolvimento sustentável do território de Braga.

O procedimento de AAE pode ser sintetizado no seguinte esquema, e é desenvolvido em simultâneo com as propostas do Plano:



Os **Fatores Críticos para a Decisão** considerados para a avaliação ambiental do PDM de Braga foram a **Governança**, o **Ordenamento do Território**, o

**Desenvolvimento socioeconómico, o Património e Paisagem e os Riscos e Alterações Climáticas e Qualidade Ambiental.****III. OBJECTO DE AVALIAÇÃO**

O objeto de avaliação é a proposta da **3ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga**, e incide sobre todo o território do concelho.

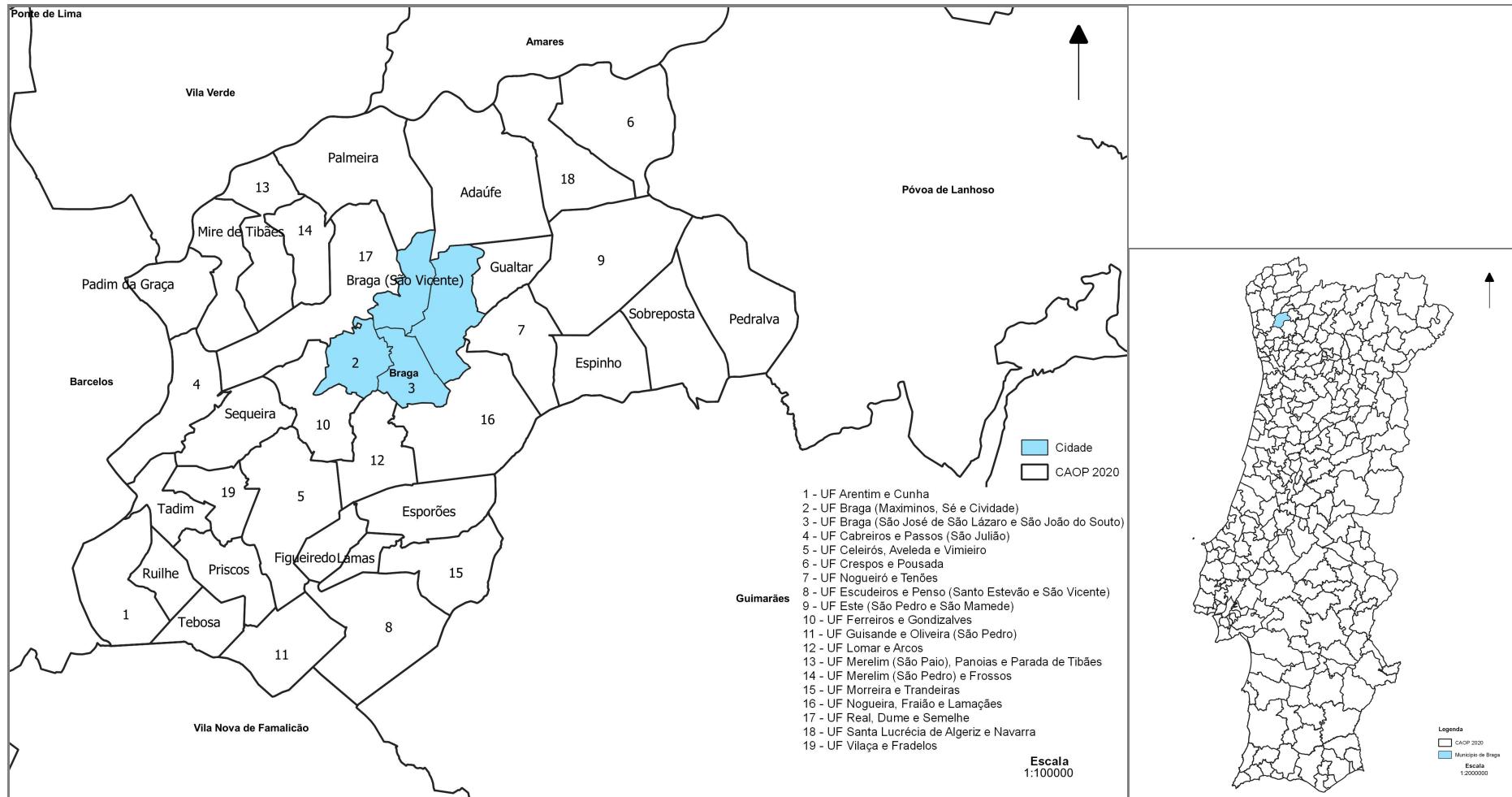
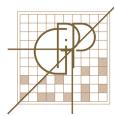
A área de intervenção corresponde ao território do concelho de Braga, integrando as suas 37 freguesias, abrangendo um total de 18 340 ha. Este concelho integra a NUT III Cávado juntamente com Esposende, Barcelos, Vila Verde, Terras de Bouro e Amares, conforme figura seguinte. A cidade de Braga, central no território concelhio, é constituída, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), por quatro freguesias: S. Vicente, S. Victor, União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade e União das Freguesias S. José de S. Lázaro e S. João do Souto.

Ao **nível climático**, e de acordo com a Classificação Climática de Köppen, Braga classifica-se, assim como a maior parte do território Continental, como tendo o clima Temperado, do Tipo C, verificando-se o Subtipo Cs (Clima temperado com Verão seco) e a seguinte variedade: **Csb**, clima temperado com Verão seco e suave.

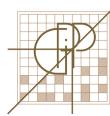
A área enquadra-se na **Região Hidrográfica 2 – Bacia do Cávado, Ave e Leça**, sendo que a parte norte do concelho integra a **bacia do Cávado** e a parte sul a **bacia do Ave**. O Rio Cávado é a linha de água mais importante do concelho constituindo o seu limite a norte. O Rio Este, afluente da margem direita do Rio Ave, atravessa a cidade constituindo a segunda linha de água mais importante. Para além do Rio Este refira-se também o seu afluente principal Rio Veiga, e a bacia do seu afluente Rio de Várzea e Ribeira de Provências. Pertencentes à bacia do Cávado destacam-se o Ribeiro de Panóias, Rio Labriosca (que desagua já no concelho de Barcelos) e o Rio Torto.

Do **ponto de vista fisiográfico** o concelho define-se por um festo principal que estabelece a divisão entre a bacia hidrográfica do Cávado e a bacia hidrográfica do Ave, atravessando o concelho no sentido NE- SW. O território evidencia três níveis hipsométricos principais, que aumentam gradualmente desde o vale do rio Cávado, com cotas que variam entre 20-40m, junto ao leito do Cávado, e os 350-400m na cabeceira da Ribeira de Provências e Rio Várzea. O vale do Este, central no território concelhio e onde assume uma plataforma mais alargada, com cotas a variar entre os 160-210m, constitui a área preferencial para ocupação humana, implantando-se aí a cidade.

Em termos **demográficos**, na última década censitária (Censos 2021) o concelho de Braga aumentou a sua população residente, sendo um dos oito municípios da região norte onde se verificou um crescimento demográfico, e aquele onde o mesmo foi mais expressivo, sendo de 6,5%, resultando em uma **população residente de 193 349**.



**Figura III.1 – Enquadramento administrativo da área do Plano**



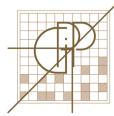
### III.1. ESTRATÉGIA

**Visão:** Num futuro próximo procura-se que Braga seja um território inovador e competitivo, sendo reconhecido como smart & trendy city.

- Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território, fomentando a densificação, conetividade e renaturalização do território;
- Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a dinamização de base tecnológica integrada no Quadrilátero Urbano;
- Adoção de uma política de conetividade física e digital entre centros de oportunidade nacionais e europeus;
- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural, cultural e paisagístico do Vale do Cávado;
- Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes;
- Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.

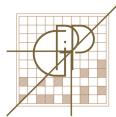
#### Objetivos:

EIXO 1: PESSOAS E ATIVIDADES	EIXO 2: QUALIDADE DE VIDA	EIXO 3: MARKETING TERRITORIAL	EIXO 4: GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"><li>- Atração de investimento que valorize os recursos do município, numa ótica de sustentabilidade ambiental e de fomento da qualificação funcional e social de Braga, alavancando em setores económicos como a tecnologia e investigação;</li><li>- Fomentar sinergias entre coletividades, empresários e particulares, no fomento à habitação e na revitalização de tecidos económicos perdidos com a globalização económica, tal como é o caso da indústria;</li><li>- Promoção turística do património natural, cultural e paisagístico.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Adaptar, criar e apropriar novas representações de espaço público, sejam em solo rústico ou urbano, utilizando-o como elemento estruturador do território;</li><li>- Desenvolver políticas de envelhecimento positivo;</li><li>- Manter a rede de transporte público intra/interconcelhio e estabelecer relações com os centros de oportunidades estruturantes a nível ibérico e europeu;</li><li>- Assegurar o desenvolvimento de uma política mais sustentável, com melhor ambiente e melhor qualidade de vida, através da intervenção/monitorização da paisagem e do património</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Priorizar a atração de investimento e de aproveitamento dos fundos europeus estruturais e de investimento, para garantir a sustentabilidade das propostas a apresentar, ao nível económico-financeiro;</li><li>- Promover e apoiar estratégias de Marketing Territorial que deem resposta aos desafios colocados por uma concorrência nacional e internacional na captação de recursos, nomeadamente pessoas e investimentos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar o envolvimento e a participação ativa dos agentes, divulgando informação aos cidadãos, às empresas e às instituições, capacitando os proprietários e valorizando a escala de proximidade para o desenvolvimento de processos inclusivos de cidadania e sensibilização, recorrendo a processos de planeamento participativo;</li><li>- Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente da gestão e monitorização do processo de implementação do PDMB, promovendo a transversalidade da atuação municipal, numa lógica promotora de eficiência coletiva e competitividade económica, e assegurando a futura sustentabilidade do processo.</li></ul>



arquitetónico/arqueológico existente.

--	--	--	--



## IV. AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Com a avaliação ambiental da proposta de revisão do PDM pretende-se averiguar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da execução das propostas do Plano. Esta avaliação incide sobre os efeitos do Plano nos pilares da sustentabilidade, na sua componente económica, social e ambiental.

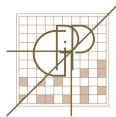
Paralelamente à identificação dos efeitos negativos e positivos fazem-se recomendações que visam a potenciação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos identificados, perseguindo o propósito de convergência com os vetores de sustentabilidade estabelecidos para cada um dos FCD.

Para cada FCD e respetivos critérios são apresentados os efeitos positivos e negativos identificados bem como as recomendações elencadas.

Para uma análise mais detalhada dos efeitos ambientais associados às ações previstas no plano e recomendações respetivas recomenda-se a consulta do Relatório Ambiental.

### IV.1. EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

<b>EIXO 1: PESSOAS E ATIVIDADES</b>	1_a) Atração de investimento que valorize os recursos do município, numa ótica de sustentabilidade ambiental e de fomento da qualificação funcional e social de Braga, alavancando em setores económicos como a tecnologia e investigação;
	1_b) Fomentar sinergias entre coletividades, empresários e particulares, no fomento à habitação e na revitalização de tecidos económicos perdidos com a globalização económica, tal como é o caso da indústria;
	1_c) Promoção turística do património natural, cultural e paisagístico.
<b>EIXO 2: QUALIDADE DE VIDA</b>	2_a) Adaptar, criar e apropriar novas representações de espaço público, sejam em solo rústico ou urbano, utilizando-o como elemento estruturador do território;
	2_b) Desenvolver políticas de envelhecimento positivo;
	2_c) Manter a rede de transporte público intra/interconcelhio e estabelecer relações com os centros de oportunidades estruturantes a nível ibérico e europeu;
	2_d) Assegurar o desenvolvimento de uma política mais sustentável, com melhor ambiente e melhor qualidade de vida, através da intervenção/monitorização da paisagem e do património arquitetónico/arqueológico existente.
<b>EIXO 3: MARKETING TERRITORIAL</b>	3_a) Priorizar a atração de investimento e de aproveitamento dos fundos europeus estruturais e de investimento, para garantir a sustentabilidade das propostas a apresentar, ao nível económico-financeiro;
	3_b) Promover e apoiar estratégias de Marketing Territorial que deem resposta aos desafios colocados por uma concorrência nacional e internacional na captação de recursos, nomeadamente pessoas e investimentos.



<b>EIXO 4: GOVERNACÃO E PARTICIPAÇÃO</b>	4_a) Assegurar o envolvimento e a participação ativa dos agentes, divulgando informação aos cidadãos, às empresas e às instituições, capacitando os proprietários e valorizando a escala de proximidade para o desenvolvimento de processos inclusivos de cidadania e sensibilização, recorrendo a processos de planeamento participativo;
	4_b) Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente da gestão e monitorização do processo de implementação do PDMB, promovendo a transversalidade da atuação municipal, numa lógica promotora de eficiência coletiva e competitividade económica, e assegurando a futura sustentabilidade do processo.

## IV.2. GOVERNANÇA

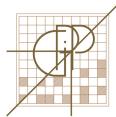
No quadro seguinte apresenta-se a avaliação ambiental dos objetivos estratégicos apresentados à luz do FCD Governança.

Eixos e objetivos	FCD: Governança		
	Participação pública	Cooperação/Parcerias	Formação e sensibilização
EIXO 1	1_a)	Ø	Ø
	1_b)	Ø	+++
	1_c)	Ø	Ø
EIXO 2	2_a)	Ø	Ø
	2_b)	Ø	Ø
	2_c)	Ø	Ø
	2_d)	Ø	Ø
EIXO 3	3_a)	Ø	Ø
	3_b)	Ø	Ø
EIXO 4	4_a)	+++	++
	4_b)	Ø	+

### Legenda:

Ø sem efeitos	+ efeitos positivos pouco significativos	- efeitos negativos pouco significativos
	++ efeitos positivos significativos	-- efeitos positivos significativos
	+++ efeitos positivos significativos	--- efeitos positivos significativos

Pela análise do quadro fica evidenciado que a estratégia da proposta de revisão do Plano concorre diretamente para os princípios da boa governança, promovendo a participação pública e o envolvimento dos diversos agentes e entidades locais, numa prática que já é usual no Município de Braga, considerando-se que os efeitos da estratégia do Plano sobre o FCD Governança são positivos, diretos e muito significativos, conforme o quadro anterior. Estes efeitos são evidentes com a concretização dos



objetivos relacionados com o Eixo 1 e com o Eixo 4, não se detetando efeitos nos restantes objetivos.

#### IV.3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No quadro seguinte apresenta-se a avaliação ambiental dos objetivos estratégicos apresentados à luz do FCD Ordenamento do Território

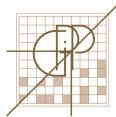
Eixos e objetivos	FCD	FCD: Ordenamento do Território		
		Consolidação do espaço urbano	Atividades do setor primário	Mobilidade / Acessibilidade
EIXO 1	1_a)	Ø	++	Ø
	1_b)	Ø	Ø	Ø
	1_c)	Ø	Ø	+
EIXO 2	2_a)	+	Ø	Ø
	2_b)	Ø	Ø	++
	2_c)	Ø	Ø	+++
	2_d)	+++	Ø	++
EIXO 3	3_a)	++	Ø	++
	3_b)	Ø	Ø	Ø
EIXO 4	4_a)	++	++	++
	4_b)	+	+	+

#### Legenda:

Ø sem efeitos	+ efeitos positivos pouco significativos	- efeitos negativos pouco significativos
	++ efeitos positivos significativos	-- efeitos positivos significativos
	+++ efeitos positivos significativos	--- efeitos positivos significativos

A proposta do Plano terá reflexos positivos que se consideram significativos na valorização dos recursos existentes, nomeadamente nos recursos associados ao solo rústico, uma vez que o plano define um conjunto de atividades complementares a desenvolver nestas áreas que contribuem para a valorização socioeconómica das mesmas, assegurando ao mesmo tempo a proteção e salvaguarda dos recursos existentes. A captação de investimentos e alocação de fundos europeus para a concretização das propostas do plano ao nível das acessibilidades contribuirá para a promoção da mobilidade sustentável.

A concretização dos objetivos previstos no Eixo 4 do Plano contribuirá para a concretização dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD Ordenamento do Território, na medida em que o envolvimento da população e agentes com intervenção



no território conduz a soluções de maior consenso e por isso mais fortes. De igual forma, o exercício eficaz e eficiente da gestão e monitorização das propostas do plano resulta em intervenções de maior coerência que reforçam a coesão urbana e, por inerência, a coesão social.

#### IV.4. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

No quadro seguinte apresenta-se a avaliação ambiental dos objetivos estratégicos apresentados à luz do FCD Desenvolvimento socioeconómico

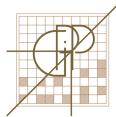
Eixos e objetivos	FCD	FCD: Desenvolvimento Socioeconómico	
		Acolhimento de Atividades económicas	Empregabilidade
EIXO 1	1_a)	+++	+++
	1_b)	++	++
	1_c)	+++	+++
EIXO 2	2_a)	ø	ø
	2_b)	ø	ø
	2_c)	++	++
	2_d)	--	ø
EIXO 3	3_a)	++	ø
	3_b)	+++	+++
EIXO 4	4_a)	+	+
	4_b)	+	+

**Legenda:**

ø sem efeitos	+ efeitos positivos pouco significativos	- efeitos negativos pouco significativos
	++ efeitos positivos significativos	-- efeitos positivos significativos
	+++ efeitos positivos muito significativos	--- efeitos positivos muito significativos

As propostas do Plano têm em geral um efeito positivo no FCD Desenvolvimento Socioeconómico. As propostas apresentadas contribuem para promover o acolhimento de atividades económicas, incluindo o turismo, considerando-se que possui efeitos positivos muito significativos neste critério de avaliação e por inerência contribuem para o incremento da empregabilidade.

A rede de conectividade proposta tem igualmente efeitos sinérgicos no estabelecimento de atividades económicas e na empregabilidade.



Considera-se ainda que o acolhimento de atividades empresariais e industriais poderá levar à degradação ambiental por aumento das emissões de ruído, poluentes atmosféricos e efluentes residuais, situação que pode ser minimizada pelo acompanhamento adequado da instalação das novas atividades no concelho.

As propostas do Plano ao nível dos espaços de atividades económicas e das condições existentes para o estabelecimento de sinergias e parcerias entre estas e centros de investigação, quando acompanhada por uma estratégia de marketing territorial adequado poderá ter efeitos positivos muito significativos na captação de novos investimentos e recursos.

#### IV.5. PATRIMÓNIO E PAISAGEM

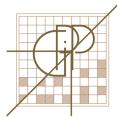
No quadro seguinte apresenta-se a avaliação ambiental dos objetivos estratégicos apresentados à luz do FCD Património e Paisagem.

Eixos e objetivos	FCD	FCD: Património e Paisagem	
		Património arquitetónico e arqueológico	Paisagem
EIXO 1	1_a)	+++	+++
	1_b)	Ø	Ø
	1_c)	+++	+++
EIXO 2	2_a)	+++	+++
	2_b)	Ø	Ø
	2_c)	Ø	Ø
	2_d)	+++	+++
EIXO 3	3_a)	Ø	Ø
	3_b)	Ø	Ø
EIXO 4	4_a)	+	+
	4_b)	+	+

##### Legenda:

Ø sem efeitos	+ efeitos positivos pouco significativos	- efeitos negativos pouco significativos
	++ efeitos positivos significativos	-- efeitos positivos significativos
	+++ efeitos positivos muito significativos	--- efeitos positivos muito significativos

As propostas do Plano contribuirão para a promoção e salvaguarda do património concelhio quer classificado quer inventariado, estando este aspeto-chave do Plano devidamente salvaguardado com regulamentação específica apresentada. Adicionalmente, as propostas das UOPG refletem estas preocupações, contribuindo



igualmente para a valorização e reabilitação do património existente, considerando-se que a proposta tem efeitos positivos muito significativos neste critério.

Considera-se que as propostas do plano ao nível do património e paisagem contribuirão para a promoção turística do concelho tendo efeitos positivos que se consideram muito significativos.

O entendimento do património cultural e paisagístico como um recurso que pode ser capitalizado, nomeadamente através da captação de recursos e fundos que contribuam para a sua valorização e promoção trará efeitos positivos que se consideram significativos.

#### IV.6. RISCOS, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

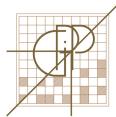
No quadro seguinte apresenta-se a avaliação ambiental dos objetivos estratégicos apresentados à luz do FCD Riscos, Alterações Climáticas e Qualidade Ambiental.

FCD		FCD: Alterações climáticas e Qualidade Ambiental	
		Alterações Climáticas	Qualidade Ambiental
EIXO 1	1_a)	++/-	-
	1_b)	ø	ø
	1_c)	+	+
EIXO 2	2_a)	++	++
	2_b)	ø	ø
	2_c)	+++	++
	2_d)	+++	+++
EIXO 3	3_a)	+++	+++
	3_b)	++	++
EIXO 4	4_a)	+	+
	4_b)	+	+

##### Legenda:

ø sem efeitos	+ efeitos positivos pouco significativos	- efeitos negativos pouco significativos
	++ efeitos positivos significativos	-- efeitos positivos significativos
	+++ efeitos positivos muito significativos	--- efeitos positivos muito significativos

A atração de novos investimentos e acolhimento de novas atividades poderá ter efeitos positivos sobre a temática das alterações climáticas se essas atividades tiverem a sustentabilidade ambiental como eixo base de atuação, promovendo desde a sua



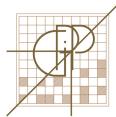
conceção medidas de minimização e adaptação às alterações climáticas. Nesta situação considera-se que poderão existir efeitos positivos significativos. Por outro lado, a instalação de novas atividades económicas, mesmo que regidas por padrões elevados de qualidade ambiental darão sempre origem à produção de resíduos, efluentes residuais, emissões atmosféricas e ruído, considerando-se estes efeitos negativos, mas que poderão ser pouco significativos se acompanhados por medidas de controlo/mitigação adequadas.

As ações tendentes à valorização do património natural, cultural e paisagístico poderão ter efeitos positivos, que se consideram significativos por promoverem a paisagem e espaços naturais por exemplo, através da estrutura ecológica municipal, contribuindo para manutenção de corredores ecológicos e de circulação atmosférica e hídrica e de atenuação dos efeitos de eventos extremos. Considera-se que a proposta contribui para a criação de um território mais resiliente.

A concretização dos objetivos relacionados com o Eixo 2 - Qualidade de vida, também possui efeitos positivos nos critérios em análise. O espaço público deverá ser um espaço privilegiada de opções de adaptação às alterações climáticas, privilegiando os modos suaves de transporte, a arborização, o ciclo natural da água e as fontes renováveis de energia. A rede de transportes públicos constitui igualmente uma peça fundamental do incremento da mobilidade sustentável e ponto fundamental para a redução das emissões de gases com efeito estufa. Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos. Ao nível da qualidade ambiental estas opções levarão também a uma melhor qualidade do ar e a espaços públicos mais qualificados, com menos ruído e com maior conforto bioclimático.

A intervenção e monitorização da paisagem considerando as suas características e valorizando-as, nomeadamente através da promoção do património arquitetónico e arqueológico existente, terá igualmente efeitos positivos que poderão ser muito significativos nas questões relacionadas com as alterações climáticas assim como na qualidade ambiental.

Por último, a captação de investimentos e fundos especialmente dirigidos para as questões da sustentabilidade, adaptação às alterações climáticas e qualidade ambiental, terá também efeitos positivos que se consideram muito significativos que contribuirão para a concretização dos objetivos de sustentabilidade definidos. Um território mais sustentável e onde as questões da qualidade ambiental e alterações climáticas sejam uma referência nas políticas territoriais, será um território mais atrativo para as pessoas e para os investimentos. Considera-se que as concretizações dos objetivos do plano terão efeitos positivos que poderão ser muito significativos na qualidade ambiental e na consideração da problemática das alterações climáticas.

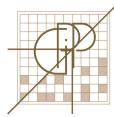


A boa governança deste território será sempre um contributo para a melhoria da qualidade ambiental e para a minimização e adaptação às alterações climáticas, por induzir processos decisórios mais participados e consensuais e, por isso, mais robustos.

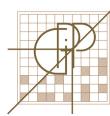
## **V. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL**

O programa de gestão e monitorização ambiental destina-se a assegurar um acompanhamento dos indicadores de sustentabilidade definidos. A leitura destes indicadores permitirá compreender em que medida os mesmos se afastam das metas desejáveis, possibilitando a definição de medidas de controlo que contribuam para a sua aproximação aos objetivos de sustentabilidade definidos.

Anualmente, a Câmara Municipal de Braga avalia e controla os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano, verificando a necessidade de adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos. Esta avaliação é feita com base no quadro de indicadores revisto, ponderando segundo o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de obter um quadro com o máximo de 20 indicadores. Este quadro poderá ser alvo de ajustes e alterações em função da consulta às entidades e do público em geral, resultando numa ferramenta de monitorização mais sólida.

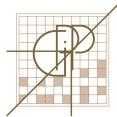
**Quadro V.1 – Indicadores, objetivos, metas e origem dos dados por critério e FCD**

FCD	Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores (Origem dos dados)	Situação referência	Metas/Objetivos	Periodicidade
Governança	Participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a participação do público nos processos de decisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de participações dos cidadãos e entidades no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial (Fonte: Sistema Documental da CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>136 em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Formação e sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a formação sensibilização do quadro técnico do Município de modo a responderem de forma mais eficaz às funções/ responsabilidades do Município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de ações de formação dos colaboradores da Divisão de Planeamento (CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>11 em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
Ordenamento do Território	Consolidação do espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a reabilitação urbana da área do PDM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de certidões de imóveis inseridos em ARU (Fonte: relatórios de qualidade DP e tabela de controlo da Divisão de Habitação/CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>582 em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Atividades do setor primário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização das atividades do setor primário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de ações de florestação/reflorestação e área abrangida em ha (ICNF)</li> <li>N.º de Projetos de investimento no setor agrícola (parcelário do IFAP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>7 em 2022; 0 em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Mobilidade e Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a mobilidade sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Extensão (km) de vias cicláveis no concelho / CMB/DTM</li> <li>Passageiros em transportes públicos (n.º de validações) /TUB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>9,23km em 2017</li> <li>12 742 024 validações em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
Desenvolvimento Socioeconómico	Acolhimento de atividades económicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o acolhimento de atividades económicas no concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas (CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>78,8% em 2024</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de empresas por setor de atividade económica / INE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ver Quadro V.1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver o setor do turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico / INE</li> <li>Capacidade total de alojamento em Estabelecimentos de Alojamento Turístico (n.º de camas/utentes) (RNT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>637 309 dormidas em 2023</li> <li>7221 em 2024</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o emprego e a qualificação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de inscritos no centro de emprego / IEFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>5 687 inscritos em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>



		da população				
Património e Paisagem	Património Arquitectónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorizar e salvaguardar o património concelhio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de elementos patrimoniais classificados e imóveis inventariados no concelho (DGPC/CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>90 elementos classificados</li> <li>355 imóveis inventariados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover os valores paisagístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de verde de utilização pública por habitante (m<sup>2</sup>/ hab) / CMB</li> <li>Extensão de percursos pedestres homologados (m) (CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>8,5 m<sup>2</sup>/ hab (1.650.795 m<sup>2</sup> (2024)/ 193 249 hab (2021))</li> <li>59 360m em 2024</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar</li> <li>Aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> <li>Anual</li> </ul>
Riscos, Alterações climáticas e Qualidade Ambiental	Riscos naturais e tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Minimizar a ocorrência de eventos com potenciais efeitos adversos sobre pessoas e bens;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de ocorrências registadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, respetiva área e população afetada em inundações/chéias, incêndios rurais e urbanos, movimentos de massa em vertentes e acidentes graves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>37 ocorrências de incêndio rural com 18,7ha de superfície ardida, em 2023</li> <li>21 ocorrências de movimentos de massa (2023)</li> <li>130 inundações por precipitação intensa (2023)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>0</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a mitigação e adaptação do território às alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de faixas de gestão de combustível de responsabilidade do município executadas (50 hectares) (GTFCMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2023,70ha em 2023</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Todas as propostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anual</li> </ul>
	Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos</li> <li>Promover uma boa qualidade do ar</li> <li>Promover um ambiente sonoro saudável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de massas de água superficiais e subterrâneas com estado global "Bom e superior" na totalidade de massas de água avaliadas. APA (PGRH Cávado, Ave e Leça)</li> <li>Índice de Qualidade do Ar / APA</li> <li>N.º de edifícios em áreas de conflito acústico (CMB)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MA Sup.: 1 em 6</li> <li>MA Sub: 0 em 2</li> <li>82% dos dias com classificação Bom e Muito Bom (2023)</li> <li>163 em 2017</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Todas as massas de água com estado "Bom ou superior"</li> <li>100% dos dias Bons ou Muito Bons</li> <li>Diminuir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trienal</li> <li>Anual</li> <li>Anual</li> </ul>

*Nota: o Indicador de "ações de florestação/reflorestação" apresentado para o critério das atividades do setor primário constitui igualmente um indicador importante para a mitigação das alterações climáticas podendo também ser analisado nesse âmbito.*



## **VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste documento procedeu-se a um resumo do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica das propostas da Revisão do PDM de Braga, de forma concisa, clara e acessível.

Na avaliação efetuada identificaram-se os efeitos positivos e negativos das propostas apresentadas à luz do quadro de FCD definidos na fase inicial do procedimento. Também nesta fase se procedeu à ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades

Da avaliação efetuada conclui-se que os efeitos positivos resultantes da implementação da revisão do PDM ultrapassam os efeitos negativos, pelo que se considera que o mesmo constitui uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável do Município.